

## SOCIEDADE

# Sinal verde ao fim da exigência de fazer autoescola

Lula autoriza Ministério dos Transportes a levar consultas públicas adiante. Se aprovada a proposta, não será mais necessário fazer cursinho para obter a carteira de motorista

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou, ontem, que o Ministério dos Transportes avance com o projeto que prevê o fim da obrigatoriedade de frequentar autoescolas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) — porém, a prova de conhecimentos teóricos e práticos para obter o documento continuarão obrigatórios. A proposta, conduzida pelo ministro Renan Filho, passará por um ciclo de audiências públicas a partir de hoje, que durará 30 dias.

Atualmente, uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) exige 20 horas de aulas em autoescolas. Essa regra só poderia ser derrubada com a decisão presidencial, o que ocorre agora com o aval de Lula.

A expectativa da pasta é que a nova norma entre em vigor em novembro, mas esse prazo pode se estender por conta de discussões no Conatran. Segundo o ministro, o custo elevado para obtenção da CNH — entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil — leva milhões de brasileiros a dirigir sem habilitação.

## Formalização

Para Renan Filho, além da redução de custos, o fim da obrigatoriedade também pretende facilitar a formalização de milhões de motoristas que, hoje, circulam sem habilitação. Estimativas do ministério apontam que cerca de 40 milhões de pessoas conduzem veículos de forma irregular,

sendo que aproximadamente 55% dos proprietários de motocicletas não têm CNH.

“Estamos abertos a ouvir propostas da sociedade civil, mas o objetivo é estimular a formalização e reduzir o custo (para a obtenção da CNH). A redução poderá ser de 70% a 80%, a depender da exigência mínima de aulas práticas ou não”, afirmou o ministro.

A proposta, no formato atual, prevê o fim da obrigatoriedade de aulas teóricas e práticas em autoescolas. No entanto, Renan Filho admite a possibilidade de manter um número mínimo de aulas práticas. Ele ressalta que as provas teóricas e práticas aplicadas pelos detrans continuarão obrigatórias e serão dadas por instrutores autorizados pelo governo federal.

Para o ministro, a mudança representa um passo em direção à “justiça social” e à desburocratização do processo de obtenção da CNH. Inicialmente, a medida valerá apenas para as categorias A e B, que abrangem motocicletas e veículos de passeio. Caso seja considerada bem-sucedida, poderá ser estendida para outras categorias posteriormente.

O fim da obrigatoriedade é uma das principais bandeiras da atual gestão do Ministério dos Transportes e é rejeitada pelas autoescolas, que perderão espaço no processo de formação de condutores. A própria ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse recentemente que a proposta não é do governo, pois, conforme enfatizou, “dirigir exige responsabilidade”. Mas disse que o Executivo não se furtaria a colocá-la em discussão.

## ELEIÇÕES

## Número de deputados não muda para 2026

» ALÍCIA BERNARDES

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o atual número de 513 deputados federais para as eleições de 2026, além da distribuição vigente das vagas por unidade da federação. A decisão, unânime e referendada ontem em plenário virtual, confirmou liminar concedida pelo ministro Luiz Fux, que adiou para 2030 a aplicação das mudanças na composição da Câmara — cujo número de cadeiras subiria de 513 para 531.

O julgamento formara maioria na terça-feira, com o voto do ministro Gilmar Mendes. Todos os integrantes da Corte acompanharam Fux, que atendeu pedido do presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) — que solicitara que as alterações não fossem aplicadas em 2026, em função do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que ampliava o número de deputados.

Na liminar, Fux ressaltou que o processo legislativo sobre o tema ainda não se encerrou no Congresso. O ministro destacou que, a pouco mais de um ano das eleições gerais, é necessário assegurar previsibilidade e clareza quanto ao número de assentos destinados a cada unidade da Federação e evitar insegurança jurídica. A discussão tem origem na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 38, impetrada pelo estado do Pará — que, aliás, aumentaria sua bancada na Câmara.

Pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, sete estados perderam população e poderiam ter a bancada de deputados federais reduzida,

enquanto outros — que apresentaram aumento populacional — teriam direito a mais parlamentares. Mas, para evitar sub-representações, as Casas do Congresso aprovaram a criação de 18 novas vagas na Câmara. O projeto com o aumento, porém, foi vetado por Lula.

“Considerando o princípio constitucional da anualidade eleitoral (art. 16 da CF/88), à luz da segurança jurídica, impõe-se que haja, desde logo, clareza quanto ao número de assentos legislativos da Câmara dos Deputados destinados a cada estado e ao Distrito Federal nas eleições de 2026, que se realizarão em 4 de outubro daquele ano”, frisa o magistrado, na decisão, para acrescentar:

“Defiro o pedido cautelar para sustar a aplicação dos efeitos da decisão de mérito proferida nesta ADO às eleições legislativas federais de 2026, até que seja concluído o devido processo legislativo, cujo resultado poderá ser aplicado, com segurança e clareza, a partir das eleições legislativas de 2030. Fica mantido, para as eleições de 2026, o mesmo número de vagas da Câmara dos Deputados para os estados e o Distrito Federal das eleições de 2022, sem redefinição do número de vagas por unidades da Federação, mantendo-se a atual proporcionalidade da representação.”

A decisão do STF representa um alívio para os congressistas. Isso porque, caso o Legislativo não tivesse deliberado — e o Supremo não tivesse fixado a regra —, caberia ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) redistribuir as vagas conforme os dados do Censo. (Colaborou Fabio Grecchi)

Honório Moreira/OIMP/D.A. Press



Apesar da dispensa em fazer aulas, exames práticos e teóricos continuarão obrigatórios para obter a CNH



## ARQUITETURA EM TRANSIÇÃO

A arquitetura está em movimento. Em um mundo que exige soluções mais conscientes, tecnológicas e inclusivas, refletir sobre os caminhos que moldam nossos espaços é mais do que tendência: é necessidade.

Pensando nisso, o **Correio Braziliense** e a **CasaCor Brasília** promovem o Talks “Arquitetura em Transição: projetos com sustentabilidade, automação e acessibilidade”, um bate-papo inspirador sobre três pilares fundamentais dos projetos contemporâneos.

### 03 DE OUTUBRO

a partir das 15h | na Casa do Candango



**GARANTA JÁ A SUA PRESENÇA!**

Realização:

**CASACOR**  
BRASÍLIA

**CORREIO**  
**BRAZILIENSE**

**CB Brands**  
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

